



**Jornal da**

# ASEAC

Distribuição gratuita

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

# MARCO REGULATÓRIO

**GOVERNO CONTRATA JURISTAS PARA EVITAR CONTESTAÇÕES AO PL**

O governo federal contratou quatro juristas para analisar a minuta do projeto de lei que cria o marco regulatório para o setor de saneamento ambiental. Os juristas estão trabalhando em conjunto com o Ministério das Cidades, com o intuito de reduzir a possibilidade de contestação jurídica, prejudicando a tramitação do PL. O projeto de lei será enviado ao Congresso agora em março

PÁGINAS 8 E 9

## Constituição ideal para o Brasil

Art 1º - Todos os brasileiros ficam obrigados a ter vergonha na cara.

Art 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

CAPISTRANO DE ABREU

## QUE SIRVA DE EXEMPLO AO BRASIL!

Governo argentino estuda suspensão da concessão do saneamento aos franceses

PÁGINA 10

## ASEAC CONVOCA ASSOCIADOS PARA DISCUTIR

### Um projeto para a CEDAE

A ASEAC vai constituir diversos grupos de trabalho formados por técnicos ligados à entidade, para discutir com os prefeitos das cidades do interior uma proposta de mudança no modelo de gestão que a entidade vem defendendo, de maneira a tornar a administração menos centralizada e mais participativa.

PÁGINAS 12 E 13

APP vai defender direitos dos associados da PRECE e da CAC

PÁGINAS 14 A 16



MENSAGEM AOS ASSOCIADOS

# Equívoco lamentável



**Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE**

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 1004, Centro Rio de Janeiro - RJ  
 Telefone: 2263-6240  
 Telefax: 2253-7482  
 E-mail: aseac@veloxmail.com.br  
 Home Page: www.aseac.com.br

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
 Flávio Guedes

**Diretor Vice-Presidente**  
 Pedro Evandro Ferreira

**Diretor Administrativo**  
 Jorge Haddad de Aquino

**Diretor Financeiro**  
 Maurício Abramant Guerbatin

**Diretor de Comunicação**  
 Maria de Fátima Guerbatin

**Diretor Técnico**  
 João Benedito Mello

**Diretor Social**  
 Marcio de Melo Rocha

**Diretor Jurídico**  
 Dylair Benigno dos Santos

**Diretor Adjunto**  
 Nelson Portugal

**Conselho Diretor - 2004/2006**

- Repres. dos Advogados**  
Aloysio Gomes Feital Filho
- Repres. dos Aposentados**  
Antonio Bastos de Oliveira  
José Rômulo de Melo  
Paulo C. S. Ripper Nogueira
- Repres. dos Arquitetos**  
Tânia Mara Silva
- Repres. dos Contadores**  
Sérgio Pereira
- Repres. dos Economistas**  
João A. Vasco Rodrigues
- Repres. dos Engenheiros**  
Adriano Gama Alves  
Armando Costa Vieira Jr.  
Carlos Henrique Pereira  
José Roberto da C. Dantas  
Mara R. K. K. S. Alô  
Sérgio Vieira F. Martins
- Repres. dos Geólogos**  
Paulo Roberto da Cruz
- Repres. dos Químicos**  
Augusto César F. Gesteira

**Conselheiros Natos**

- Antônio Ignácio da Silveira
- Walnyr B. de Oliveira
- Emy Guimarães de Lemos
- João Carlos do R. Pinto
- Renato Lima do E. Santo
- Carlos Henrique Menezes
- Jaime Dutra Noronha
- Dario Mondego
- Paulino Cabral da Silva

**Conselho Fiscal**

- Jaime Dutra Noronha
- Ricardo Afonso das N. Leitão
- Rita de Cássia dos Santos
- Márcio de Melo Rocha
- Gérson P. Lima Nascimento
- Jorge Rodrigues Leitão

**Jornalista Responsável**

Carlos E. Eleutério  
 MTB: 12.524-RJ  
 Projeto Gráfico  
 J. Paulo Eleutério

Planeja e Informa  
 Produções Ltda.  
 (21) 2524-0890/  
 2220-0656  
 www.planinrio.com.br

**Direção da CEDAE ignora histórico de parceria e acusa diretores da ASEAC de envolvimento com autor anônimo que vem espalhando acusações e denúncias sobre a empresa, a CAC e a PRECE**

A direção da CEDAE tentou atribuir à ASEAC a responsabilidade pela “enxurrada” de denúncias que vêm sendo divulgadas, através da Internet, por um autor anônimo, que se auto intitula “O desesperado da CEDAE”.

Se não bastasse, a direção da PRECE também acabou envolvendo o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, e o Vice, Pedro Evandro Ferreira, num inquérito policial que tenta apurar o autor das denúncias anônimas, aberto na 37ª Delegacia Policial (Ilha do Governador) pela PRECE. Ambos foram intimados, como representantes da ASEAC, a prestar depoimento também nesse processo, depois que o órgão de previdência dos trabalhadores da CEDAE foi envolvido na série de denúncias, juntamente com a CAC e a própria direção da CEDAE.

O primeiro a depor foi o vice-Presidente da ASEAC, no início de fevereiro. Pedro Evandro negou o envolvimento da entidade com o denunciante anônimo, informando ao delegado responsável pelo inquérito que ele - ou qualquer outro diretor da ASEAC - desconhece a identidade do tal “desesperado”. No último dia 24 de fevereiro, foi a vez do presidente da ASEAC

depor. Flávio Guedes foi envolvido também em outro processo, movido pela direção da CEDAE, no qual é indagado sobre sua relação com o “desesperado” e intimado a dar explicações sobre o teor das denúncias, numa clara insinuação de que ele próprio seria o tal “desesperado”. Mais estranho é que Flávio Guedes foi intimado a responder, na qualidade de representante legal da ASEAC, por um email enviado à entidade em uma época anterior à sua posse como dirigente eleito da entidade.

A ASEAC entende que seus associados merecem respeito e, por isso, têm direito a alguns esclarecimentos:

É fato por demais conhecido a série de *emails* que o “desesperado” vem distribuindo aleatoriamente pela Internet. Na ânsia de denunciar, ele vem espalhando suas correspondências por todas as entidades de classe, sindicatos, jornalistas, deputados estaduais e federais, órgãos policiais, órgãos públicos do setor e até para a governadora do Estado. São mais de 50 endereços diferentes listados na mensagem que a ASEAC, como órgão representativo dos técnicos da Companhia e formadora de opinião, também recebeu.

É fácil deduzir, portanto, o motivo pelo qual a ASEAC também recebeu as

**Diretores da ASEAC foram intimados a depor em delegacia policial**





Fotos: Arquivo

mensagens do “desesperado”. Mas daí a concluir que a entidade possa ter qualquer responsabilidade sobre essa iniciativa vai uma distância muito grande, que só pode ser interpretada como alguma atitude pessoal ou má fé. Afinal, a relação da ASEAC com a CEDAE sempre foi cordial e respeitosa. A entidade e seus técnicos sempre se dispuseram a colaborar, inclusive nos momentos mais difíceis da empresa.

Recentemente, cedeu seu auditório para que um representante da área de Recursos Humanos da CEDAE recebesse os 30 novos funcionários contratados em 2004. E mantém essa mesma relação de cordialidade com os diversos setores da empresa. Os gerentes dos “patrulheiros” da companhia, por exemplo, usam o auditório da ASEAC para suas reuniões.

É evidente que a Associação questiona algumas atitudes. Afinal, este também é o seu papel: diverge quando tem que divergir, como fez, por exemplo, no episódio da terceirização da CAC, por considerar a decisão uma ameaça aos empregados da companhia; ou mesmo sobre a construção do complexo Guandu II e, mais recentemente, no episódio injustificável

## “A ASEAC expõe suas idéias e sempre assina embaixo de tudo o que defende”.

da dívida da empresa com a Light, que ameaça a integridade do sistema de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos do Estado, com riscos para a saúde da população. Mas nunca com posturas pessoais ou provocativas à empresa, à sua direção ou aos técnicos que representa. Apenas expõe suas idéias e pontos de vista, fazendo questão de assinar embaixo de todos.

Não se pode esquecer – e nem ignorar – que a ASEAC inclui, em seu quadro de associados, ex-secretários de Estado, ex-presidentes e vice-presidentes, ex-diretores e gerentes.

E, dessa for-

ma, sempre pautou sua relação no respeito, na busca da parceria e da cordialidade com a empresa.

Além disso, tratam-se de mensagens apócrifas e que, portanto, não merecem credibilidade. Nossa preocupação maior é com o futuro da companhia, com a necessidade da formulação urgente de um novo modelo de gestão que resgate o papel de liderança que a CEDAE sempre exerceu entre as melhores empresas de saneamento do país. Esta, sim, é uma grande preocupação da ASEAC, e deveria ser também a maior preocupação da direção da CEDAE, ao invés de dar atenção a boatos e/ou acusações infundadas e de origem desconhecida. Mesmo porque, afinal, como diz o ditado popular: “quem não deve, não teme”.

Por isso, a diretoria da ASEAC estranha a atitude da direção da empresa e da PRECE, ao tentarem relacionar o nome da entidade ao do responsável pela geração e disseminação dos *emails* apócrifos contra a CEDAE, a PRECE e a CAC. E

mais do que isso, repudia qualquer insinuação que venha a confundir as atitudes de seus diretores e técnicos com esses documentos apócrifos que estão sendo veiculados, seja lá por quem for.

Aliás, é bom frisar, nem mesmo nos anos de chumbo da privatização a ASEAC sofreu esse tipo de pressão.



# Tsunami no sane

## Postura argentina mostra equívocos na gestão da nossa dívida

**Como dizíamos na edição passada, o ano de 2005 será de muita luta e expectativas para o setor de saneamento, por um conjunto de razões que são postas em nosso dia-a-dia. Podemos exemplificar com a aprovação, nos últimos dias de 2004, do projeto de lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), em menos de 24 horas – de madrugada no Senado e à noite na Câmara dos Deputados, e imediatamente encaminhado para sanção presidencial.**

**M**as como era de se esperar, devido ao processo “atropelado” de tramitação, a matéria já apresentou problemas nessa etapa, pelo fato de não ter sido honrado, pelo presidente Lula, um acordo entre o líder do governo no Senado, Senador Aluisio Mercadante, e o relator das PPPs, Senador Rodolfo Tourinho, e vetado um artigo que permitia a inclusão das receitas das estatais, mesmo estas tendo receitas próprias, no limite de 1% da receita usada como referência para desembolso público com as contratações de projetos.

Por todos os reflexos de um passado recente, com socorro a bancos privados (Proer), privatizações que não deram certo, como é o caso das companhias de eletricidade e ferrovias, mais especificamente com o grupo Brasil Ferrovias, formado por Ferronorte, Ferrosan e Noroeste, privatizadas no final de década de 90, o alerta se acendeu. Hoje, para que o caos não se estabeleça no setor, em função dos pífios resultados obtidos, o governo vai injetar na holding R\$ 540 milhões em recursos do BNDES, da PREVI (Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil) e FUNCEF (Fundo de Previdência da Caixa Econômica), na forma de injeção de dinheiro novo, conversão de

dívidas em ações e lançamento de debêntures na Noroeste (convertíveis em ações da Ferronorte). Como saldo final do socorro à holding, o BNDES passa a ter 31% da Ferronorte. Uma espécie de reestatização parcial, com benefícios para o capital internacional.

No caso das companhias elétricas, há o socorro à Eletropaulo (Grupo Americano AES), com uma renegociação, quase maternal, da dívida de R\$ 1,2 bilhão pelo BNDES, e mais recentemente, no Rio de Janeiro, o inaceitável aumento de 6,13% para 3,4 milhões de consumidores. Como argumento ao socorro fi-

nanceiro, o novo diretor geral da ANEEL, Jerson Kelman, justifica: “A situação financeira da concessionária poderia levar a prejuízos à qualidade dos serviços prestados”. Segundo a ANEEL, um dos problemas da Light é a inadimplência, até de órgãos públicos. Num quadro demonstrativo, o jornal O Globo de 04/02/05, mostra como devedores CEDAE, SUPERVIA e PREFEITURAS, com um total de R\$ 400 milhões em inadimplência; ou seja, se a coisa não está dando certo nesta aventura de privatização da light, ou o governo banca com recursos próprios a anunciada compra de 20% das ações, com direito a votos pelo BNDES, propiciando, também, a supracitada reestatização parcial, e/ou rateia o prejuízo entre nós, consumidores. Contudo, o aumento foi, magistralmente, vetado pelo ministro Palocci.

Mesmo o governo FHC tendo quebrado o BNDES (segundo os recentes noticiários a respeito do discurso do Presidente Lula em Jaguaré, no ES, em 24/02/05), o que possivelmente resta dele, BNDES, ainda hoje é utilizado em benefício do capital internacional. Que coisa feia!

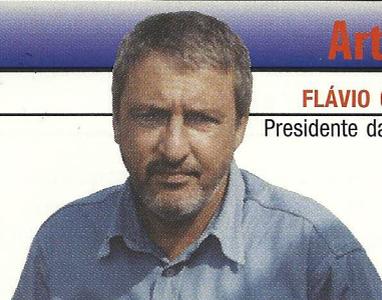
Fotos de arquivo



Falta de ordenamento urbano agrava o problema de saneamento

Agência Globo





# amento

## COM POSIÇÕES MAIS FIRMEZ, BRASIL TERIA MAIS RECURSOS PARA INVESTIR

O polêmico discurso do Presidente Lula em Jaguaré (ver no site da ASEAC), no qual informa que determinada instituição utilizada no processo de privatização estaria “quebrada” e “falida”, em função de algumas privatizações, causou um tremendo estado de excitação na oposição, o que levou o Ministro José Dirceu, em entrevista em Buenos Aires, e em tom ameaçador, a informar: *O feitiço pode virar contra o feitiço. Investigações são feitas pelo Congresso Nacional, nós sabemos como começa, mas não sabemos como termina*. No caso específico do saneamento, a nossa preocupação é o “feitiço virar contra o povo”, como veremos adiante.

### Alerta vermelho

Mas existem outros sinais sombrios. Por exemplo: a remessa de lucros e dividendos das multinacionais instaladas no país para o exterior – e até de algumas empresas nacionais – subiram 32,57% em relação ao mesmo período de 2003, um total de US\$ 7,154 bilhões, deixando todo o setor de saneamento em estado de alerta, para que o nosso tão defendido e necessário lucro social, nas empresas estaduais de saneamento, não se transforme, num futuro próximo, em um novo incremento nesta “Pauta de Exportação” do governo Lula. E motivos para se temer isso não faltam: quando tratava com o presidente norte-americano,

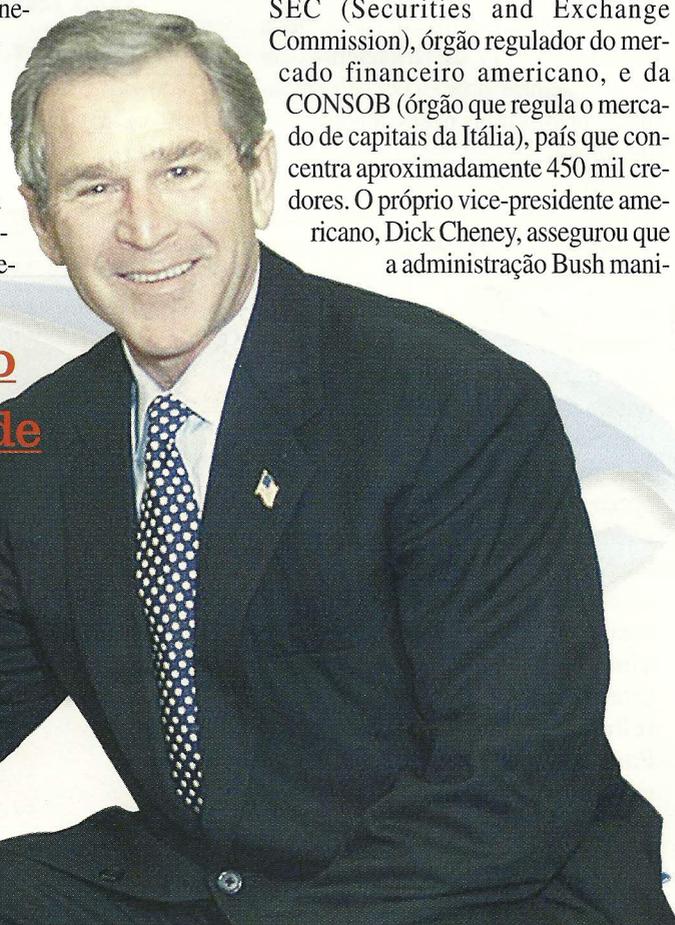
George W. Bush, a criação da ALCA, contradizendo a todas as expectativas o presidente brasileiro disse “docilmente”, SIM. Passou, dessa maneira, a nítida impressão, na foto ao lado, que ao tratar o assunto, estaria fino como a seda e gentil como uma moça. A fineza da seda contrastando com o passado glorioso de lutas e promessas do candidato Lula, sindicalista raivoso na defesa dos interesses nacionais, em especial com as remessas, fantásticas, de recursos financeiros para o exterior, e a gentileza de uma moça, que também contrasta com a voz rouca (não mais aquela que vem das ruas) e com os cabelos e barbas brancas, estando mais, em função da situação, para uma moça-velha.

Mas o cenário internacional, e dentro da própria América Latina, demonstra que, se pretende assumir uma liderança entre as nações do nosso continente, Lula dificilmente vai poder manter essa postura. Por isso, com muita alegria, registramos a virada da Argentina. Contrariando todas as expectativas que apontavam para uma inevitável submissão aos detentores de bônus, bancos privados e ao FMI, o que agravaria ainda mais a situação, e como fize-

ram outros países latino-americanos em situações menos agudas, a Argentina optou por uma saída mais digna para a grave crise que vivia a partir de dezembro de 2001 (depois de Méнем ter entregue o país à sanha do capital internacional). O presidente Néstor Kirchner praticou uma default (moratória) de US\$ 100 bilhões, a maior da história, estimulando o consumo interno e indicando aos credores internacionais que “pegassem uma senha e entrassem no fim da fila”. Com essa atitude, conseguiu reconduzir a economia do país a um forte crescimento, fechando o ano de 2003 com um índice de 11,7%, e 2004, com 8% de crescimento, oferecendo aos credores internacionais o resgate dos títulos na base de 0,25 centavos de dólar por cada dólar emitido, reduzindo parte da dívida, de aproximadamente US\$ 81,8 bilhões, para uma faixa de US\$ 38,5 a US\$ 43,2 bilhões.

Com essa postura firme, o Presidente Kirchner obteve aprovação para a renegociação da dívida de várias entidades e governos importantes, como o SEC (Securities and Exchange Commission), órgão regulador do mercado financeiro americano, e da CONSOB (órgão que regula o mercado de capitais da Itália), país que concentra aproximadamente 450 mil credores. O próprio vice-presidente americano, Dick Cheney, assegurou que a administração Bush mani-

**“Nosso temor é que o lucro social do setor de saneamento se transforme em mais um item na pauta de exportações.”**





## SANEAMENTO EM XEQUE

feita interesse em continuar respaldando a recuperação da economia argentina. Além do Bank Boston e do Citibank, o governo japonês também deu apoio a operação do governo Kirchner. Quando encerrou a renegociação da dívida, em 25/02/05, os números eram: mais de 97% dos credores internos aderiram; no mercado externo, as adesões oscilaram de 70% a 80%, demonstrando que a submissão do governo brasileiro ao FMI é descabida e lesiva ao povo brasileiro. Para reforçar nossas “suspeitas” de que Nestor Kirchner optou pelo caminho certo, o diretor-gerente do FMI, Rodrigo Rato, assegurou que a Argentina não deve ser fonte de inspiração para outras nações. **Deve, sim!** E se o presidente Lula cumprisse suas promessas de campanha, e foram quatro, e o governo ali se espelhasse, não estaríamos, hoje, na expectativa de desembolsar, em 2005, aproximadamente R\$ 154 bilhões em juros da dívida, 20% a mais que em 2004 e 6% acima do recorde histórico de 2003, que foi de R\$ 145,2 bilhões, tendo que fabricar irreais e imorais superávits primários (o superávit primário em janeiro de 2005 foi de R\$ 11,37 bilhões, o maior da história, e o acumulado em 2004 foi de 4,61% do PIB, tudo para pagar juros da dívida externa), sacrificando assim suas legítimas promessas de campanha e nossas reais necessidades: saúde, educação, segurança, saneamento básico e emprego (que resolveriam praticamente tudo e garantiriam o tão esperado crescimento no País, e esta foi a “justificativa” para o danoso processo de privatizações no Brasil). Enquanto isso, os Estados Unidos aprovam o seu orçamento, com déficit na ordem de trilhões de dólares, para assegurar a manutenção de sua economia, recém-saída de uma recessão.

### Pessimismo

Na questão específica do saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, alguns pontos preocupam. Por exemplo, a indicação de José Machado, candidato petista derrotado para reeleição da prefeitura do município paulista de Piracicaba, para diretor geral da Agência Nacional de Águas – ANA – que, com certeza, entende tanto de água como de física quântica. O caso da mi-

nistra Marina Silva também é emblemático. Parecia a pessoa certa no lugar certo, porém seu desempenho não corresponde às expectativas. Com queimadas e desmatamentos recordes na Amazônia, perdeu a batalha dos transgênicos. Com isso, também perdemos a Ministra como referência, o que deixa ainda mais sombrio o futuro de uma questão crucial, que é a proteção e recuperação dos já degradados e exauridos mananciais de água potável no Brasil, em especial nas regiões metropolitanas. Tudo isso aliado também à falta de investimento no setor e nas crises fabricadas, como é o caso específico da CEDAE na questão de perda de arrecadação, em função do ético lucro social, o que joga na vala comum uma empresa que garante água tratada a aproximadamente 96% da área sob sua responsabilidade, mantendo essa população livre de doenças de veiculação

## O aumento de impostos sobre a receita das cias. de saneamento daria para atender 1 milhão de pessoas

hídrica. Como castigo, a empresa fica fora de qualquer financiamento oficial e é obrigada a enfrentar o aumento injustificado da carga tributária, com recentes alterações no PIS/PASEP e COFINS, que impactam negativamente a saúde financeira das empresas de saneamento básico.

Entre 2001 e 2004, a COFINS subiu 168,6% e o PIS/PASEP 149,0%. As duas contribuições, que representavam 3,49% da receita operacional bruta das empresas de saneamento básico em 2001, consumiram 6,65% das receitas em 2004 (R\$ 923,5 milhões), com um aumento real de 105%. As projeções para o ano 2005 estimam que a contribuição ao PIS-PASEP/COFINS alcançará 7,14% da receita operacional bruta das empresas – R\$ 1 bilhão. Valor suficiente para atender cerca de 1 milhão de famílias com água tratada e de boa qualidade.

### Marco regulatório

Por sua vez, a questão do marco regulatório, que deverá ser posto em votação no Congresso, em março, trará em seu bojo a possibilidade das “parcerias do bem” – parcerias público-públicas. Explicando melhor, embora mantida a titularidade dos municípios no abastecimento de água, coleta, tratamento e destinação final do esgoto, nas regiões metropolitanas, por terem seus sistemas integrados nos vários municípios, foi criado um dispositivo para que, em blocos,

Fotos de arquivo



Problemas importantes como o do tratamento de esgotos vêm sendo adiados

Fotos de arquivo



Na Baixada, a quantidade de água fornecida é o dobro das necessidades

as prefeituras possam criar parcerias e contratos com as companhias estaduais de saneamento, dando chance de negociações com os municípios parceiros. Papel este que a ASEAC e outras entidades estão assumindo, em conjunto com os trabalhadores da empresa.

E por final, o jornal O Globo de 17/02/05, página 3 do segundo caderno, traz como sub-título “Águas da Baixada”. A nota diz respeito a audiência que o prefeito Lindberg Farias terá com o presidente Lula e mais 14 prefeitos da Baixada, onde será anunciado por Lula o início das obras de um grande programa de saneamento para toda aquela região. O que demonstra, mais uma vez, que o governo federal vem tomando decisões importantes lastreado em dados equivocados, haja vista a ausência de técnicos do setor neste processo, com informações detalhadas das reais situações e necessidades.

No caso deste programa para a Bai-

**As chamadas  
doenças de  
veiculação hídrica  
não respeitam  
barreiras  
geopolíticas**

xada, não fosse ação eminentemente política, seria interessante informar que a quantidade de água tratada de boa qualidade posta à disposição daquela população é o dobro do recomendado pela OMS. As distorções na distribuição do precioso líquido se devem ao crescimento desordenado e exagerado da população - um dos maiores do mundo - o que poderia ser equacionado com a necessária parceria institucional entre as Prefeituras e a CEDAE (governo do Estado). No caso do esgoto, o programa deverá ser precedido ou executado concomitantemente, com as necessárias urbanizações e ordenamento urbano, para evitar o ocorrido no 1º governo Brizola, quando coletores de esgoto foram instalados no bairro Bom Pastor, em Belford Roxo, sem as devidas urbanizações. Hoje, aproximadamente 150 km desses separadores absolutos estão perdidos desde as primeiras chuvas na região, quando pedras, areia, lama e toda sorte de detritos foram direcionados para seus interiores, trazendo o inevitável e previsível assoreamento, com a perda de todo sistema.

**Responsabilidade**

A abordagem dessa gama de assuntos e situações se deve à preocupação com os destinos do saneamento frente as possibilidades abertas, com as PPPs e Marco Regulatório, para a entrada do capital internacional em um dos poucos

setores ainda em nosso poder. Porém, se essa entrada for efetivada e ocorrerem as mesmas falhas no setor de saneamento que ocorreram e estão ocorrendo em outros setores, os reflexos serão terríveis, pois estamos falando da essência da vida e da saúde pública, que diz respeito a toda a população, independente da cor, do sexo, da idade, do credo ou da condição social. As falhas, se houverem, atingirão a todos, e a **responsabilidade, de direito e de fato, para o alerta é nossa**, que trabalhamos na área, pois este assunto, não se aprende só nos bancos das escolas; se aprende, principalmente, praticando; e quando quem nunca aprendeu e/ou praticou, fala, fala errado. Como uma citação que anotei, não me lembro quando, por quem e onde foi dito, mas é esta a pérola: “o subsídio cruzado é tirar dos pobres dos municípios ricos, para dar aos ricos dos municípios pobres”. É óbvio que o autor é um burocrata de gabinete com ar-condicionado e usa sapatos de pelica. Não sabe que as doenças de veiculação hídrica não respeitam barreiras geopolíticas e desconhece também a relação de que, para cada real aplicado no saneamento, são poupados quatro reais na saúde - se bem que com o advento dos vampiros da saúde e seus assemelhados esta relação, com certeza, já não é mais a mesma.

**Bola da vez**

Mas é óbvio e ululante, não de lula, mas do lamento vociferante, que as cartas estão postas na mesa, e não é de hoje que o saneamento é a “bola da vez” para os destinos aqui relatados, com a diferença para os efeitos, que, como ditos aqui anteriormente, serão terríveis e cruéis para a população.

A Tsunami (que o presidente Lula chamou de vendaval) no sudeste asiático e parte da África, causou a morte, por ação direta de aproximadamente 300 mil pessoas. Todavia, há alguns de seus efeitos, também catastróficos, que podemos destacar: destruição e contaminação de mananciais de água potável, destruição de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de esgoto, captação, tratamento e distribuição de água. Como podemos ver os efeitos de uma tsunami podem ser cruéis para o povo.



**MUDANÇAS INSTITUCIONAIS**

# MARCO REGULATÓRIO

## Governo contrata juristas para evitar contestações ao PL

**Temendo que os impasses surgidos durante a discussão prévia do projeto de lei original que cria o marco regulatório e institui a política nacional de saneamento ambiental possam se transformar em impedimentos jurídicos na fase de tramitação do projeto, no Congresso Nacional, o governo resolveu se antecipar e tomar medidas para tentar garantir cunho legal ao PL.**

**O** Ministério das Cidades contratou os juristas Dalmo Dallari e Floriano Marques Neto, da Universidade São Paulo (USP), Benedito Mota, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), e Marçal Filho, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para analisar a minuta do projeto de lei do saneamento ambiental, já a luz das modificações feitas pelo grupo interministerial encarregado de examinar as sugestões apresentadas pelo setor. Os juristas estão trabalhando em parceria com o Departamento Jurídico do Ministério, com o intuito de reduzir a possibilidade de contestação jurídica ao projeto de lei.

No final de dezembro, o governo federal já havia mandado um recado ao setor de saneamento, avisando que não abria mão de uma série de dispositivos previstos no projeto de lei original que o governo prometeu mandar ao Congresso Nacional logo no início do ano parlamentar, em

fevereiro. Entre outros pontos, está a titularidade dos serviços, que o grupo interministerial encarregado de analisar as contribuições do setor entende como municipal, além dos dispositivos que definem os critérios de regulação e fiscalização dos serviços, que também vinham sendo contestados pelo setor.

Mas o que deverá por fim à disputa entre estados e municípios em torno da questão da titularidade dos serviços é o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), protocolada em 1998 pelo PDT contra normas que o então governador Marcello Alencar tentou implantar no Rio de Janeiro. Com isso, o Supremo Tribunal, o único órgão que tem poder de interpretar a Constituição, poderá esclarecer se os Estados têm ou não o poder para definir funções e serviços públicos em regiões metropolitanas, como saneamento básico.

Essa disputa entre governos estaduais e municipais sobre quem detém a titularidade dos serviços de saneamento

se arrasta há anos. Esse nó inviabilizou a regulamentação do setor durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Agora, o governo Luiz Inácio Lula da Silva discute sua proposta de legislação há dois anos e pretende enviar o texto ao Congresso confirmando a titularidade municipal, embora admita a possibilidade de gestão associada entre municípios e companhias estaduais.

### Reestruturação da CEDAE

A tão desejada reestruturação da CEDAE, que a ASEAC vem defendendo há anos, poderá ser feita com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), caso os conselhos dos dois fundos aprovem as condições propostas pelo Ministério das Cidades para liberar os recursos em socorro das empresas de saneamento em dificuldades financeiras.

A proposta do governo está sendo incorporada ao projeto de lei que deverá ir ao Congresso em março, instituindo o novo marco regulatório para o setor, mas

Agência Globo

dependerá do aval dos conselhos, formados por representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas, pois é preciso encontrar uma fórmula que garanta o retorno dos recursos. A medida faz parte do programa de revitalização das empresas do setor de saneamento.

De acordo com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades, o programa é fundamental para requalificar as empresas e reduzir o desperdício. Isto porque, das 25 empresas estaduais que operam no país, apenas seis estão em boas condições financeiras. Entre as municipais, das 1.600 existentes, somente 130 têm

capacidade para tomar empréstimos.

Pelo diagnóstico da SNSA, a CEDAE, segunda maior empresa de saneamento do país em faturamento, gastou, apenas em 2003, R\$ 500 milhões a mais do que arrecadou e tem uma das perdas mais altas do país com vazamentos de água e ligações clandestinas. Segundo ainda a Secretaria, a empresa perde 48,4% para cada 100 metros cúbicos de água tratada, enquanto a média nacional é de 39,9%. Sem capacidade de tomar empréstimos (edição anterior), a companhia deixou por dois anos consecutivos (2003 e 2004) de solicitar recursos do FGTS ao governo federal. 

# PL dos consórcios É MODIFICADO

## UNIÃO SÓ PODERÁ PARTICIPAR DE CONSÓRCIOS COM A PRESENCIA DOS ESTADOS

O projeto de lei de autoria do Executivo que regulamenta a constituição de consórcios municipais também deverá voltar a tramitar no Congresso, neste início dos trabalhos legislativos. O novo formato do projeto prevê, logo no artigo primeiro, a proibição de a União participar de consórcios sem a presença dos governos estaduais.

Pela nova redação, o dispositivo que determinava que os consórcios não podem participar de parcerias público-privadas desapareceu. Está vedada a delegação de competências da União para os consórcios ou transferências voluntárias. Mas mesmo depois da negociação com a oposição, o PL permite que os consórcios tenham caráter de pessoa jurídica de direito público e permanece a possibilidade de consórcios envolvendo o governo federal, desde que com os Estados.

O projeto foi enviado à Câmara em julho de 2004, mas recebeu críticas da oposição, que considerava o formato previsto para os consórcios como uma manobra do governo para celebrar parcerias direta-

te com os municípios, ignorando os Estados. Para os municípios, no entanto, o projeto de lei permitiria tornar os consórcios instrumentos de cooperação federativa.

As entidades representativas das autarquias e empresas municipais de Saneamento defendem a gestão consorciada. Alegam que é mais difícil para os municípios, de modo isolado, resolver questões práticas, que podem ser mais facilmente contornadas através do consorciamento, como é o caso, por exemplo, da construção e administração de um aterro sanitário para a destinação final de lixo. Argumentam, ainda, que os municípios ganham escala e podem assumir com maior facilidade os serviços de água e esgoto.

### **Experiência**

Dados do governo federal relativos a 2001 revelaram a existência de 1.969 municípios organizados em consórcios de saúde, 669 associados para o uso compartilhado de equipamentos e 216 para destinação final de resíduos sólidos. Pela lei atual, os consórcios podem, no máximo, se organizar sem fins lucrativos e estão proibidos de receber qualquer recurso público. Como parecem depender exclusivamente da vontade política, não há qualquer garantia de sua manutenção no final do mandato dos prefeitos e sua validade é questionada pelos tribunais de contas. 

“Governo estuda socorro às empresas estaduais com recursos do Fundo de Garantia e do FAT.”





COMPASSO DE ESPERA

# QUE SIRVA DE EXEMPLO AO BRASIL!

## ARGENTINA ESTUDA SUSPEN- SÃO DA CONCESSÃO DO SANEAMENTO A FRANCESES

**U**ma reportagem publicada no final de janeiro pelo jornal argentino "El Cronista" dá conta de que o governo já tem pronto um plano para reestatizar a empresa Águas Argentinas e pode intervir na empresa, como fez com o Correio, caso não haja acordo no impasse gerado pela pressão da concessionária para aumentar as tarifas.

O governo argentino aumentou a pressão sobre duas concessionárias de serviços públicos controladas por capital francês, e há chances de que uma das empresas, a Águas Argentinas, tenha cassada sua concessão para operar os serviços de água e esgoto na Grande Buenos Aires.

O conflito ocorre em meio à exigência das empresas de que o governo permita um forte reajuste de tarifas, que estão congeladas desde a desvalorização de janeiro de 2002. A proposta oficial é permitir um aumento máximo de 20%, mas a empresa de águas, que é controlada pela francesa Suez, afirma que necessita ampliar sua receita em 60%, o que pode ser atingido com uma combinação de aumento de tarifas e redução de impostos.

A situação da companhia está sendo agravada pela aplicação de multas. Em janeiro, a Águas Argentinas e a empresa de eletricidade Edenor, também controlada por capital francês, foram multadas após cortes no fornecimento, sob uma temperatura de 40° C na capital argentina.

Para a companhia, no entanto, a perda da concessão pode não ser necessariamente um mau negócio. Se for forçada a deixar o país, a empresa não teria mais de honrar sua dívida, que soma US\$ 650 milhões e está em default, inclusive a parte da dívida da Águas que é garantida pela matriz francesa.

## Governo admite que primeira

# PPP ainda

**Mesmo que o governo federal consiga colocar as Parcerias Público-Privadas em operação ainda este ano, o número de contratações ou mesmo de licitações de PPPs federais dificilmente será significativo, nem em 2005 nem em 2006.**

**Q**uem admite isso é o próprio governo, que prometeu para janeiro concluir a regulamentação da nova lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, mas não cumpriu o prazo. A Inglaterra levou entre dois e três anos para fazer a sua primeira PPP, depois que a lei foi aprovada.

Segundo o Ministério do Planejamento, que está cuidando da matéria junto com a Casa Civil e a Fazenda, dentro dos limites que o cuidado exige para evitar erros, o governo está "empenhadíssimo" no esforço de colocar na rua, o mais rápido possível, o primeiro edital de licitação de uma PPP federal. Mas antes disso, será necessário editar um decreto de regulamentação da lei, através de decreto do próprio presidente da República, o que

o setor ainda aguarda.

Feito isso, serão definidos os projetos prioritários, cujos critérios de escolha dependem do governo federal, que baseou a nova lei em experiências internacionais. A lei, que vale para União, Estados e municípios, está pronta. Mas é a regulamentação que vai definir, por exemplo, o funcionamento do órgão gestor das PPPs federais (formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil) e delinear melhor as suas atribuições. Vai definir também como será operado o fundo garantidor das PPPs – um dos pontos mais polêmicos durante a tramitação no Congresso.

No que se refere ao funcionamento do órgão gestor das PPPs, o governo está definindo, entre outras questões, prazos para análise e formato para apresentação de projetos. A Unidade PPP Brasil funcionará no ministério do Planejamento, sob coordenação da assessoria econômica. Essa unidade terá três equipes: uma jurídica, uma de

**"Atualmente, o governo está definindo prazos para análise e formato para a apresentação de projetos."**



# vai demorar

prospecção e avaliação de projetos e uma outra que cuidará da modelagem econômico-financeira.

O licitante e contratante da PPP será sempre o órgão setorial (ministérios). Assim, se a PPP for para concessão de estrada, quem colocará o edital na rua será o Ministério dos Transportes. O órgão gestor selecionará as prioridades, a partir das demandas dos ministérios setoriais, e definirá que projetos deverão ser objeto de PPP. Se houver restrição de recursos por parte do governo, caberá ao órgão gestor definir prioridades.

Quanto aos critérios de escolha, a referência primeira será sempre o Plano Plurianual (PPA), que sintetiza a estratégia do governo para o desenvolvimento econômico e social do país. E, de acordo com o Ministério do Planejamento, a estratégia do atual PPA é a de melhoria da logística de transportes, para evitar que gargalos de infra-estrutura nessa área prejudiquem o crescimento das exportações, da economia, do emprego e da renda. As PPPs não podem ser desvinculadas do PPA. Este é o primeiro critério, embora não seja o único. Em segundo lugar, será levado em conta o potencial de geração de receitas do empreendimento e, conseqüentemente, a necessidade de complementação com recursos públicos. Quanto menor o percentual de contraprestação pública exigido, maior será o número de PPPs que poderão ser contratadas.

Mas aí reside um outro fator importante: o governo terá de considerar também o interesse do setor privado, para não lançar o novo mecanismo no descrédito, o que poderá ocorrer se alguma licitação não tiver empresas interessadas. Por isso, o próprio governo admite que alguns projetos de PPP que envolvem a cobrança de algum tipo

de tarifa do usuário podem se transformar numa concessão pura e simples (onde o retorno do investimento privado não necessita de complementação de recursos do governo, como é o caso do abastecimento de água). Inicialmente, a duplicação de uma estrada ou a construção de uma ferrovia, por exemplo, poderá ser licitada através de PPP. Mas, no aprofundamento dos estudos, o governo poder decidir que aquele empreendimento é viável só com a cobrança de pedágio ou tarifa e que, portanto, pode ser uma simples concessão.

Quanto ao Fundo Garantidor, a própria lei já define que ele terá até R\$ 6 bilhões e será administrado por entidade financeira federal. Para o governo, o importante é que o fundo será de natureza privada e, portanto, não será contingenciável. Resta definir também quais os bancos federais serão os agentes do fundo. Entre as possibilidades, estão o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e/ou o BNDES, o que dependerá do tipo de serviço que vão prestar. 

**Ribeirão Preto: uma das primeiras PPPs, criada pelo então prefeito Antônio Palocci**

Foto Divulgação

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE ESGOTOS SANITÁRIOS

**ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS RIBEIRÃO PRETO**

ISABEL BORDINI  
PRESIDENTE DO DAERP

ANTONIO PALOCCI FILHO  
PRESIDENTE DA SPP

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE DA SPP

15 DE NOVEMBRO DE 2002



# POR UM PROJETO

## Técnicos defendem debate com prefeitos do interior

**A ASEAC vai constituir diversos grupos de trabalho formados por técnicos ligados à CEDAE, para discutir com os prefeitos das cidades do interior a proposta de mudança no modelo de gestão que a entidade vem defendendo, de maneira a tornar a administração menos centralizada e mais participativa.**

**A** idéia foi discutida durante a última Assembléia Geral da ASEAC, realizada no dia 27 de fevereiro, reunindo diretores, conselheiros e associados, com o objetivo de debater a necessidade urgente de se propor um projeto para a CEDAE, que possa assegurar o crescimento e aperfeiçoamento da empresa.

Os técnicos da ASEAC estão convencidos de que a CEDAE precisa urgentemente de mudanças em sua estrutura gerencial e comercial. Assim, diante do novo quadro institucional que vem sendo delineado na esfera federal, é preciso que fiquem claras as intenções dos técnicos da empresa e sua disposição de trabalhar em parceria com os municípios, sem a postura autoritária que sempre norteou as decisões da empresa.

— O que tem sido feito

na CEDAE nos últimos anos é montar e mudar quadradinhos — disse o presidente da ASEAC, Flávio Guedes, referindo-se às sucessivas alterações no organograma da empresa que, na realidade, não trouxeram mudanças significativas na forma de gestão da companhia e nem contribuíram para a sua modernização. Ele lembrou que o plano formulado pelos técnicos da empresa, através da ASEAC, é excelente, mas pecou por não ter sido entregue, de fato, ao então candidato a governador Anthony Garotinho, durante a campanha, em 1998:

“As Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão aí, aprovadas pelo Congresso, mas só deverão começar a ser operacionalizadas em 2007. Temos também o novo marco regulatório, com mudanças que confirmam o município como poder concedente, mas abre espaço para uma atuação conjunta com os municípios. Por isso, não podemos ficar de braços cruzados, apenas aguardando as coi-

sas acontecerem”, afirmou. Para ele, o que mais preocupa no momento é a falta de um projeto do Estado para a CEDAE. “E isso é uma questão de posicionamento nosso, pois todos sabem que a situação da empresa não é boa”, concluiu.

### Mudanças institucionais

Para o diretor Adjunto da ASEAC, Nelson Portugal, a iniciativa de buscar um projeto para a CEDAE é extremamente louvável, mas é fundamental que não se perca de vista as mudanças institucionais em curso, de maneira que seja possível atingir os objetivos. Ele considera importante também que, antes de se formular propostas aos municípios, os técnicos analisem a situação da CEDAE e, a partir de um diagnóstico, definam mecanismos de gestão adequados, tanto operacionais, administrativos e comerciais. “Temos de olhar para as coirmãs e usar a experiência daquelas que implantaram mecanismos de gestão eficientes, como a Sabesp, de São Paulo, a Copasa, de Minas Gerais, e outras”, afirmou.

Outros pontos que Nelson Portugal considera fundamental na modernização da empresa se referem aos recursos humanos e à situação jurídica da relação da CEDAE com os municípios. “Um plano de gestão para a empresa não pode deixar de abordar também a CAC e a PRECE. É preciso saber, por exemplo, qual é o horizonte delas, o que será necessário investir diante de um



# O PARA A CEDAE

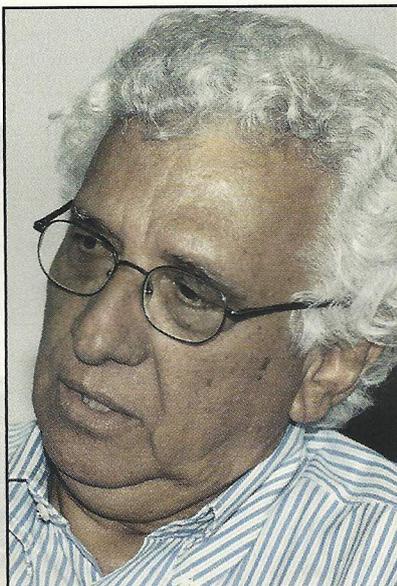
nível tão baixo de renovação do quadro da CEDAE”, afirmou o diretor. E ainda mais importante, na sua opinião, “é promover as mudanças necessárias que possam trazer a população do estado para o nosso lado. Quando isso acontecer, os problemas estarão resolvidos”, afirmou. Ele sugeriu que o debate em torno da empresa seja ampliado, a partir de parcerias com câmaras técnicas de entidades especializadas, como a ABES, o Clube de Engenharia e outras.

## Participação

A diretora de Comunicação da ASEAC, Maria de Fátima Guerbatin, conclamou todos os conselheiros da ASEAC a se unirem nesse debate, aliás motivo que levou muitos dos atuais diretores a hoje ocuparem cargos na entidade. “Muitos de nós vieram para a ASEAC para começar a discutir a CEDAE e acabamos nos tornando diretores. Mas os conselheiros natos, que são ex-presidentes e que deveriam estar pautando as ações, não estão sequer participando das discussões”, disse ela, lamentando a presença de apenas um deles na Assembléia - Antônio Silveira.

O conselheiro fiscal Ricardo Leitão defendeu a proposta do diretor Nelson Portugal, no sentido de fazer um diagnóstico da CEDAE e buscar o apoio de outras entidades representativas do setor e dos técnicos de saneamento. Ele propôs uma aproximação com a Associação das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE), de forma a facilitar a obtenção de dados relativos à situação das demais companhias de sanea-

Fotos: Arquivo



Portugal: iniciativa é louvável



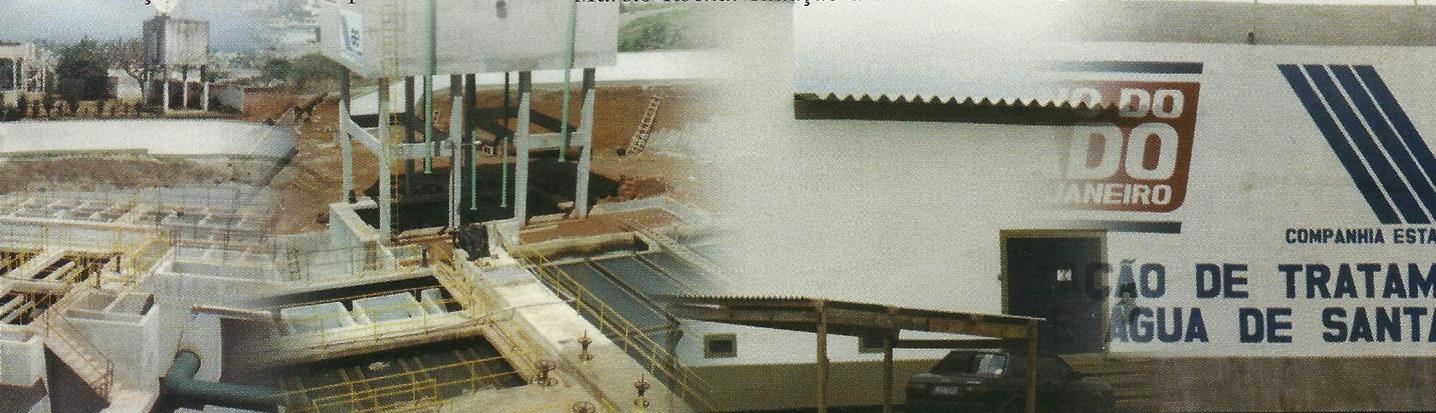
Márcio Rocha: situação delicada

mento que se reestruturaram e detalhes de seus modelos de gestão.

O conselheiro Antonio Silveira, um dos fundadores e primeiro presidente da ASEAC, lamentou o clima geral de pessimismo que vem tomando conta da CEDAE. “A maioria do pessoal que hoje está aposentado teme que a empresa ‘acabe’ até o final do ano, se providências urgentes não forem tomadas para reestruturá-la e modernizá-la”, advertiu. Ele lembrou que esse processo de desmantelamento proposital da CEDAE vem sendo colocado em prática desde o governo Marcello Alencar, até hoje o governador que mais se empenhou na tentativa de privatizar a empresa.

O vice-Presidente da ASEAC, Pedro Evandro Ferreira, também fez questão de lamentar o clima de falta de entusiasmo entre os técnicos e demais trabalhadores da CEDAE, que vem levando à desarticulação de todos. “Ultimamente, tem sido difícil até conseguir informações confiáveis na empresa”, alertou.

O diretor Social da entidade, Márcio de Melo Rocha, classificou a atual situação como extremamente grave, e pediu a cada colega de diretoria que converse com os colegas da empresa, “para que eles venham participar dessa discussão”. Na sua visão, o momento é o mais adequado para se formular propostas aos prefeitos do interior, que tomaram posse recentemente, de forma a mostrar a eles que a solução de privatizar os serviços de saneamento, como defendem alguns, está longe de ser a melhor opção para seus municípios e para a população, concluiu.



Arquivo



# APP vai defender direitos dos associados da PRECE e CAC

Entidade vai fiscalizar gastos e investimentos do fundo e do plano

O futuro dos empregados da CEDAE está intimamente ligado ao futuro da PRECE e da CAC - Planos de Previdência Complementar e de Saúde, que poderão lhes garantir uma aposentadoria mais digna e saudável. Assim, preservá-las significa preservar seu próprio futuro e de seus familiares. Por isso, é preciso deixar a teoria e fiscalizar esse patrimônio de perto

**D**epois de formar o Movimento em Defesa da CAC, um grupo de entidades de trabalhadores ligadas ao setor de saneamento básico no Estado do Rio de Janeiro decidiu criar a Associação dos Participantes da PRECE e da CAC Saúde (APP). O objetivo é cen-

tralizar a luta em defesa dos planos de previdência e de Saúde e criar condições adequadas para fiscalizar de perto as atividades e os investimentos dos dois fundos.

### Participação

A entidade vai funcionar nos moldes da Associação dos Participantes da Braslight (APB) - fundo previdenciário que congrega os em-

pregados da Light, fundada há 15 anos, com o objetivo de defender os beneficiários do plano de previdência da Light. A experiência acumulada pela APB foi passada aos diretores da ASEAC e das demais associações de trabalhadores da CEDAE em encontro recente realizado com a direção da entidade. Segundo o vice-Presidente da APB, César do Nascimento Monteiro, depois que se organizaram em torno da instituição os beneficiários da Braslight conseguiram garantir uma participação mais efetiva na gestão do plano.

A expectativa do grupo, liderado pela ASEAC, responsável pela criação da APP é de que os empregados da CEDAE, da ativa e aposentados, venham apoiar e se unir à iniciativa, de forma a fortalecer a luta no sentido de garantir a preservação tanto do patrimônio da PRECE quanto da CAC.

A preocupação das entidades de



**“Transparência  
na gestão da  
PRECE e da  
CAC e  
informações  
confiáveis são  
as metas dos  
membros da  
APP.”**

classe e de alguns sindicatos com a situação da PRECE e da CAC é antiga. Principalmente, depois que começaram a circular denúncias de irregularidades nas aplicações dos recursos do Fundo de Previdência dos empregados da companhia, a exemplo do que ocorreu no passado recente com a Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE (CAC Saúde).

**Problema antigo**

A ASEAC já vinha se reunindo com as diversas entidades, para discutir a situação da PRECE. Todas são unânimes em reclamar da falta de transparência na gestão do fundo, principalmente no que se refere ao acesso a informações confiáveis sobre algumas opções de investimentos feitos pela instituição. De imediato, a ASEAC e as demais entidades querem garantir uma participação mais efetiva na gestão do fundo de previdência e que o seu direito de representatividade na administração da Prece seja respeitado. O exercício desse direito vem sendo cerceado pelos sucessivos adiamentos da eleição dos representantes dos trabalhadores nos conselhos Fiscal e Deliberativo da PRECE.

**Experiência positiva**

## Modelo da Braslight

**APB FOI CRIADA PARA IMPEDIR  
DILAPIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO  
DOS EMPREGADOS DA LIGHT**

A Associação dos Participantes da Braslight (APB) foi criada em novembro de 1989, com o objetivo de impedir que o patrimônio do fundo fosse dilapidado. A preocupação maior da APB, que é representante legítima dos participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas) da Fundação de Seguridade Social Braslight, é com a saúde financeira da Braslight.

Para acompanhar e fiscalizar a gestão do fundo previdenciário, a APB conta com representantes eleitos nos conselhos fiscal e deliberativo, o que garante confiabilidade nas informações que a associação recebe dos gestores do fundo. Assim, qualquer coisa que contrarie os interesses dos associados é imediatamente colocada em discussão pela diretoria da APB, que busca o diálogo com a Braslight para resolver os problemas. A relação com a Braslight é de cordialidade, mas a APB se mantém “alerta” para garantir os interesses dos associados – garantem seus direitos.

Nessa busca de perfeito entendimento, pelo menos uma vez a cada trimestre a diretoria da Braslight vai à sede da APB para fazer palestras sobre o andamento do fundo, quando então a entidade procura sugerir mudanças e apresentar suas sugestões. Com a organização dos associados em torno da APB, tornou-se mais fácil o acompanhamento de toda a movimentação financeira do fundo previdenciário. O mais importante, afirma a diretoria, é fiscalizar e garantir que a mantenedora cumpra a sua parte.

A APB atua também na orientação jurídica e previdenciária dos associados, sejam aposentados ou pensionistas. Segundo seus dirigentes, a entidade tem associados fora do país e, por isso, precisa garantir um canal de comunicação com eles, para mantê-los informados acerca de eventuais mudanças ou medidas que possam afetá-los. Entre outras coisas, a entidade acompanha também o plano de assistência médica dos sócios, que é gerido pelo Bradesco.

A APB tem como órgãos administrativos a Assembléia Geral, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria. A Assembléia Geral, que tem poder soberano, reúne-se, ordinariamente, na primeira quinzena de janeiro de cada ano, para votar o relatório e as contas da Diretoria referentes ao exercício findo, e eleger o Conselho Fiscal; bianualmente, reúne-se, também, em caráter ordinário, para eleger o Conselho Deliberativo, que é composto de 20 membros efetivos e 10 suplentes, com mandato de dois anos, reunindo-se trimestralmente em caráter ordinário ou extraordinariamente, quando necessário.

O Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de um ano, e as suas reuniões se realizam sempre que necessário. A Diretoria, órgão executivo, é composta do Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor Secretário, Diretor Tesoureiro, Diretor de Assuntos Previdenciários e Assistenciais e Diretor de Divulgação e Relações Externas, com mandato de dois anos. Os Conselheiros e os Diretores são eleitos através de chapas apresentadas por associados da APB, na forma como dispõe o seu Estatuto. Em todos os órgãos da APB são permitidas reeleições.



Agência Globo



# O exemplo da VASP

## Aeros: a fragilidade dos fundos em tempos de crise

Os motivos que levaram o Ministério da Previdência a decretar a liquidação extrajudicial do Aeros, fundo de pensão dos funcionários da Vasp, deixaram preocupada a diretoria da ASEAC e os técnicos da entidade com relação ao futuro da PRECE. Isto porque, além de mostrar a importância de os participantes acompanharem de perto a gestão dos recursos, a intervenção no Aeros deixa claro que, quando a mantenedora enfrenta situações de crise, um dos primeiros segmentos a sofrer as conseqüências é o fundo de previdência dos empregados.

Segundo o Ministério da Previdência Social, o fundo Aeros já estava sob intervenção por problemas financeiros, porque a Vasp não fazia, desde setembro de 2004, os depósitos nas contas dos 860 funcionários (300 aposentados) beneficiários. Os técnicos da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) já iniciaram uma auditoria para mapear o real patrimônio do Aeros. Em seguida, será feita a venda de ativos (aplicações financeiras, imóveis etc.). A prioridade é o pagamento dos aposentados.

No caso da PRECE, o temor da ASEAC se deve à falta de informações sobre a gestão do fundo de previdência dos trabalhadores da CEDAE, pois não

se tem dados seguros a respeito dos investimentos realizados e acerca dos repasses que devem ser feitos pela empresa: "Sabemos que a situação da CEDAE não é tranqüila. Se ela deixa de pagar as contas da Light, fundamentais para a empresa continuar operando, fica difícil imaginar a situação dos repasses à PRECE e à CAC", adverte o presidente da ASEAC, Flávio Guedes.

### Patrimônio dilapidado

Pelas estatísticas do ministério, o patrimônio do Aeros é de apenas R\$ 19,111 milhões, o que o coloca entre os fundos de pequeno porte. Entre os 342 fundos de pensão do país, o Aeros ocupa a 281ª posição. A situação da Vasp se agravou no final de janeiro, após sucessivos cancelamentos de vôos, sob a alegação de que a ocupação dos assentos estava abaixo de 50%.

**Em dezembro de 2003, a Vasp devia ao fundo Aeros R\$ 345 milhões, parte já descontada dos funcionários**

Por causa desses cancelamentos, o Departamento de Aviação Civil (DAC) cassou as oitos rotas de vôos da empresa que, desde então, não está operando.

O Aeros já estava sob intervenção do governo há 10 anos. Segundo notícias publicadas na imprensa, a intervenção no fundo foi marcada por uma sucessão de problemas, entre eles o empréstimo de R\$ 200 milhões que teria sido autorizado pelo interventor Camilo Calazans, ex-presidente do Banco do Brasil. O crédito teria sido concedido ao presidente da Vasp, Wagner Canhedo, que acumulava o cargo de presidente do fundo de pensão. Ainda de acordo com dados publicados pelos jornais, a única garantia recebida por Calazans teria sido um cheque assinado por Isaura Canhedo, mulher de Wagner Canhedo. Calazans acabou sendo afastado do cargo de interventor, que ocupou de 1995 a 1999, depois que uma comissão de inquérito descobriu o empréstimo. Ele foi impedido de exercer cargos no setor de previdência complementar.

Segundo o Sindicato Nacional dos Aeronautas, 860 aeronautas e aeroviários que investiram parte do seu salário no fundo durante muitos anos podem perder tudo. Em 31 de dezembro de 2003, a Vasp devia ao fundo Aeros R\$ 345 milhões. Parte desses recursos já havia sido descontada dos funcionários.

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.

Rua Sacadura Cabral, nº120, sala 1004, Centro - RJ. Tel: (21) 2263 6240 - Telefax: (21) 2253 7482. Home Page: www.aseac.com.br E-mail: aseac@veloxmail.com.br



- mudou-se
- recusado
- desconhecido
- endereço insuficiente
- não existe nº indicado
- falecido
- ausente
- não procurado

Reintegrado ao serviço postal

Em / /

Carteiro

